IV CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS COINTER - PDVAgro 2019

**A DINÂMICA DO USO DE TERRA NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA
COMUNIDADE RURAL TERCEIRA TRAVESSA-PEIXE-BOI/PARÁ**

**LA DINÁMICA DEL USO DE TIERRAS EN EL AGRICULTURA FAMILIAR: EL
CASO DE RURAL COMUNIDAD TERCEIRA TRAVESSA-PEIXE-BOI/PARÁ.**

**THE LAND USE DYNAMICS IN THE FAMILY AGRICULTURE: THE CASE OF
RURAL COMMUNITY TERCEIRA TRAVESSA-PEIXE-BOI/PARÁ.**

Apresentação: Comunicação Oral

Igor André da Costa¹; Luan Holanda de Freitas²

DOI: <https://doi.org/10.31692/2526-7701.IVCOINTERPDVAgro.2019.0058>

Resumo

A agricultura familiar é entendida como um instrumento indispensável em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. A agricultura familiar abastece os grandes centros urbanos de alimentos e sua produção corresponde a um terço do produto interno bruto do País. Por isso, o objetivo deste estudo foi caracterizar a dinâmica de uso da terra no contexto da agricultura familiar, considerando os fatores que atuam sobre ela. Utilizou-se de uma abordagem quantitativa e documental mediante um estudo de caso, sobre a percepção do agricultor familiar frente às atividades da produção agrícola e às questões socioeconômicas na comunidade rural Terceira Travessa, município de Peixe – Boi – PA. A maioria dos entrevistados pela instituição EMATER, para o cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, mostra que quem está na direção dos trabalhos nos estabelecimentos pertencem ao gênero feminino, com 54%, sendo menor participação dos homens com 46% dos entrevistados. Em relação à condição e posse de uso de terra, pode-se analisar que a maioria dos agricultores, com 61%, tem contrato arrendatário, 25% são posseiros, 7% tem contrato comodatário e apenas 7% são de fato proprietários de terras. Desse modo, O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, é uma importante ferramenta para o desenvolvimento de pequenas propriedades rurais, levando em consideração a permanência do homem no campo. Para a agricultura familiar, esse programa é responsável pela distribuição de renda para muitos

¹ Graduando em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, Campus Universitário de Capanema/PA, e-mail. igorcosta56@hotmail.com

² Graduando em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, Campus Universitário de Capanema/PA, e-mail. Holanda.luan@gmail.com

agricultores que sempre estiveram esquecidos pelo sistema capitalista bancário, o qual sempre agia de forma espoliativas.

Palavras-Chave: Produção de alimentos, pluriatividade, políticas públicas.

Resumen

La agricultura familiar es visto como una herramienta esencial en la familia, mientras que la posesión de los medios de producción, se lleva el trabajo en el establecimiento de producción. Agricultura familiar suministra los principales centros urbanos de los alimentos y su producción es de un tercio del producto interno bruto del país. Por lo tanto, el objetivo de este estudio fue caracterizar la dinámica de uso del suelo en el contexto de la agricultura familiar, teniendo en cuenta los factores que actúan sobre ella. Se utilizó un enfoque cuantitativo y documental a través de un estudio de caso sobre la percepción de los agricultores familiares a través de las actividades de producción agrícola y las cuestiones socioeconómicas en la comunidad rural Terceira Travessa, município de Peixe – Boi – PA. La mayoría de los entrevistados por la institución EMATER, para el registro de la Declaración de Aptitud al PRONAF - DAP muestra que quien está en la dirección de trabajo en los establecimientos pertenecen a las hembras, con un 54%, con una menor proporción de hombres con un 46% de los encuestados. En cuanto a las condiciones y usos de la propiedad de la tierra, se puede analizar que la mayoría de los agricultores, con un 61%, tiene un contrato de inquilino, el 25% son ocupantes ilegales, el 7% tiene comodatario contrato y sólo el 7% son en realidad los propietarios. Por lo tanto, el Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar - PRONAF, es una herramienta importante para el desarrollo de las pequeñas explotaciones, teniendo en cuenta la permanencia del hombre en el campo. Para la agricultura familiar, este programa es responsable de la distribución de ingresos para muchos agricultores que siempre han sido olvidados por el sistema bancario capitalista.

Palabras - Claves: Producción de alimentos, Pluriactividad, Política pública.

Abstract

Family farming is seen as an essential tool in the family, while owning the means of production, takes the job in the production establishment. Family farming supplies the major urban centers of food and its production is one third of the gross domestic product of the country. Therefore, the aim of this study was to characterize the land use dynamics in the context of family farming, considering the factors that act about her. We used a quantitative and documentary approach through a case study on the perception of family farmers across the activities of agricultural production and socio-economic issues in the rural community Terceira Travessa, município de Peixe – Boi – PA. Most of those interviewed by EMATER institution, for the registration of the Declaration of Aptitude to PRONAF - DAP shows that whoever is in the direction of work in the establishments belong to females, with 54%, with lower share of men with 46% of respondents. Regarding the condition and use of land ownership, can be analyzed that the majority of farmers, with 61%, has tenant contract, 25% are squatters, 7% have lessee contract and only 7% are actually landowners. Thus, the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, is an important tool for the development of small farms, taking

into account the permanence of man in the field. For family farming, this program is responsible for the distribution of income for many farmers, who have always been forgotten by the banking capitalist system.

Keywords: Food production, Pluriactivity, Public policy.

Introdução

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Nesse sentido, é importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar familiar-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (WANDERLEY, 1996, p. 2).

A agricultura familiar abastece os grandes centros urbanos de alimentos, sua produção corresponde a um terço do produto interno bruto do País. Dessa forma, ela gera milhões de empregos direta e indiretamente, movimentando o fluxo da economia nacional de maneira positiva, intensificando, assim, a relação entre o meio rural e urbano, o que se configura como uma rede de ligações produtivas.

Guarnzirole & Cardim (2000) destacam que a agricultura familiar é uma fonte relevante da produção agrícola brasileira, principalmente porque produz alimentos e força de trabalho. Além disso, apresentam inúmeras vantagens para o desenvolvimento do País. Através das unidades de produção familiares, os interesses sociais e econômicos são melhores atendidos, e ainda além proporcionam a conservação do meio ambiente.

Logo, a agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte de renda. O agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. Além disso, a diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor produtivo. A lei 11.326 de junho de 2006 define as diretrizes para a formulação de Políticas Nacionais de Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público (BRASIL, 2006).

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertence a grupos familiares. Desse modo, são aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; o que responde por 35% do produto interno nacional; e absorve 40% da população economicamente ativa do país (IBGE, 2006).

Abromovay (2001) afirma que o uso da expressão agricultura familiar no Brasil é muito recente, uma vez que os documentos oficiais usam, de maneira indiscriminada, títulos equivalentes como agricultura de subsistência. Dessa forma, Abromovay (2001) assegura que:

Pequena produção, agricultura de baixa renda ou de subsistência envolvem um julgamento prévio sobre o desempenho econômico destas unidades. Em última análise aquilo que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições muito precárias, que tem acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito, que conta com técnicas tradicionais e que não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos. Que milhões de unidades chamada pelo censo agropecuário de “estabelecimentos” estejam nesta condição, disso não duvida. Dizer, entretanto que estas são as características essenciais da agricultura familiar é desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola tanto no Brasil como em países capitalistas avançados nos últimos anos (ABROMOVAY, 1997, p. 74).

Fala-se de agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produção de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologia que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada. Mas, afinal, o que vem a ser agricultura familiar?

Ela é diferente do campesinato, do agricultor de subsistência, do pequeno produtor, tendo como ponto de partida as seguintes hipóteses (WANDERLEY, 1996, p. 2):

- a) A agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares;
- b) Ao campesinato corresponde um destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viverem sociedade;
- c) A agricultura familiar que se produz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional;
- d) Estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores” gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade;
- e) O campesinato brasileiro tem características particulares em relação ao conceito clássico de camponês que são resultados do enfrentamento de situações próprias da história social do país e que serve hoje de fundamento a este “patrimônio social-cultural” com que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna.

Assim, a agricultura familiar atualmente recebe novas significações nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF (BRASIL, 2006):

O PRONAF representa um marco importante da luta pelo reconhecimento da agricultura, sendo que a partir da efetivação dessa política pública os agricultores descobrem-se como atores estratégicos para o crescimento de um País, tendo o poder e capacidade de reivindicar e influenciar as ações públicas a partir de então. As inclusões feitas através do acesso ao crédito apoiou-se muito nessas políticas públicas de fomento aos agricultores. O PRONAF passou a ser a principal política pública do governo federal de apoio ao desenvolvimento rural, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, em função de sua importância para a produção de alimentos para o mercado interno, para as agroindústrias e para as exportações brasileiras e, principalmente como geradoras de postos de trabalho e renda (ZIGER, 2013, p. 3).

A finalidade do crédito rural é de causador de oportunidades, aproximando o favorecido das políticas que agilizam investimentos no avanço nos modos de produção melhorando as estruturas das propriedades, além disso esse crédito que encoraja o desenvolvimento no campo também auxilia e estimula a sua permanência na agricultura, o que fortifica o processo de sucessão na agricultura familiar.

Fundamentação Teórica

A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, nasce com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo aliados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo. Deste modo, a criação do Pronaf marcou o reconhecimento do Estado brasileiro a esta categoria social e legitimou as reivindicações dos movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores rurais por políticas diferenciadas de desenvolvimento rural que contemplassem as suas especificidades (GRISA, 2014, p.293).

Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil

O PRONAF foi instaurado como política de crédito agrícola, de financiamento de infraestrutura municipais (PRONAF Infraestrutura) e de capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (Decreto nº 1.946 de junho de 1996, confirmado dez anos mais tarde pela Lei da Agricultura Familiar nº 11.326/2006):

O público alvo considera agricultores que exploram a terra como proprietário,

posseiro, arrendatários ou parceiro numa área não superior a quatro módulos fiscais; utilizando até dois empregados permanentes, sendo admitido o trabalho sazonal; possuir faturamento máximo anual de R\$ 27.500,00 (na época) com uma renda bruta anual dependendo em 80% da exploração agropecuária ou extrativa; o agricultor e a sua família devem residir na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos. O agricultor reunindo esses critérios poderia obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (SABOURIN, 2014, p.273).

Agricultura familiar e uso do solo

Existe dois preconceitos que precisam ser superados para que seja possível compreender um dos aspectos mais importantes do meio rural brasileiro dos anos 90: o primeiro é o que assimila, confunde, transforma em sinônimo “agricultura familiar” e expressões como “produção de baixa renda”, “pequena produção” ou até mesmo “agricultura de subsistência”; e o segundo é o que considera as grandes extensões territoriais trabalhadas por assalariados como a expressão mais acabada do desenvolvimento agrícola. Os dois preconceitos são evidentemente solidários e respondem pela visão tão frequente de que, apesar de sua importância social, não se pode considerar a agricultura familiar como relevante sob o ângulo econômico (ABROMOVAY, 1997, p. 73).

Sociedades camponesas

O campesinato é definido a partir do grupo doméstico, e sua organização tanto econômica quanto social determina sua autonomia frente a sociedade que o domina. Acredita ainda que para o entendimento do camponês, é necessário antes de tudo entender a família camponesa, pois constitui uma unidade indissociável e conta ao mesmo tempo com os braços que trabalham e as bocas a serem alimentadas. Sendo a terra o maior patrimônio da família, a maior preocupação do camponês está na perpetuação do sistema, na manutenção do seu gênero de vida e na continuidade de sua família (MENDRAS, 1978, p.112).

A agricultura familiar: Comparação internacional: do mito à realidade

A exploração familiar, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligada à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993, p.15).

Ainda seguindo a linha de análise delimitada por LAMARCHE, (1998, p 87), cuja a ideia de agricultura familiar baseia-se na identidade entre família e exploração. A unidade de produção é um conjunto familiar em que os membros estão interligados por laços de parentesco

biológico ou simbólico, um grupo constituído e renovado sempre com base nas relações familiares. Então, a exploração familiar garante a sobrevivência do grupo e representa um patrimônio cuja transmissão é o foco principal das estratégias do mesmo.

Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre o desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. A elevação dos números de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) refletem esse debate na sociedade (CARDIM e GUANZIROLI, 2000, p. 6).

O Crédito Rural e a Agricultura Familiar: desafios, estratégia e perspectivas

O papel do crédito rural é o de gerador de oportunidades, aproximando o beneficiário das políticas que estimulam investimentos em avanços tecnológicos e melhorias nas estruturas das propriedades, mas muito, além disso esse crédito que traz a modernização do campo também auxilia e estimula sua permanência na agricultura familiar, e fortalece o processo de sucessão na agricultura familiar (ZIGER, 2013, p.1) afirma que:

A inclusão social também é uma das grandes bandeiras do crédito rural. É através de ações de incentivo e busca de benefícios para os agricultores familiares, que se fortalecem os projetos de permanência dos agricultores no campo, portanto, maior acesso à população de menor renda, colocando à disposição da agricultura familiar programas, produtos e serviços, que possam gerar desenvolvimento e qualidade de vida no campo. A agricultura familiar reconhecida como multifuncional, produtora de alimentos, é também uma opção de vida para muitas pessoas que acreditam na importância do trabalho no campo e que buscam produzir e preservar o meio em que vivem, de forma sustentável e inclusiva (ZIGER, 2013, p. 2).

A Pluriatividade na Agricultura Familiar

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividade agrícolas. Deste modo, as propriedades pluriativas são unidade que alocam trabalho em diferentes atividades.

SCHNEIDER (2009, p. 79) ainda afirma que além da agricultura familiar, a pluriatividade garante a separação da alocação de trabalho dos membros da família, como também de suas atividades principais, assim permitindo separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades contêm mais fontes de renda do que lugares de trabalho, resultando em diferentes tipos de renda.

A pluriatividades, então, é a uma unidade de produção multidimensional, onde exerce-se a agricultura e outras atividades, tanto dentro como além da propriedade, pelos quais são recebidos diversos tipos de remuneração e receitas, rendimentos, rendas em espécies, transferências, etc.

A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação

O estudo da pluriatividade requer uma análise do contexto e das condições sociais e econômicas em que vivem as famílias assim como o estudo das expectativas e dos interesses dos indivíduos.

De acordo com SCHNEIDER, (2009, p. 3-5), a união entre atividades agrícolas e não-agrícolas pode ser um instrumento que a família faz uso para garantir a reprodução social do conjunto ou do coletivo que lhe apetece, como também pode representar uma estratégia individual, dos atores que fazem parte a unidade doméstica.

A concepção operacional da pluriatividade também requer a referência à uma unidade de estudo a ser usada. A priori, quando está pratica mais de uma atividade, mesma está em pluriatividade, isso pode surgir em uma família ou ainda de parte dos atores que estão inseridos nesta família.

Metodologia

Esta pesquisa foi realizada no dia 27 de fevereiro de 2018, na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará-EMATER, localizada no município de Peixe-Boi. Foram estudadas, assim, 28 entrevistas referentes aos cadastros dos agricultores familiares da comunidade rural Terceira Travessa, para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP, contendo 6 perguntas relativamente pertinentes, a fim de descobrir os mecanismos e a dinâmica do uso de terra e condições socioeconômicas.

Nesse viés, o objetivo deste estudo foi caracterizar a dinâmica de uso da terra no contexto da agricultura familiar, utilizou-se de uma abordagem quantitativa e documental mediante um estudo de caso, sobre a percepção do agricultor familiar frente às atividades da produção agrícola e questões socioeconômicas. Assim, os dados foram organizados e lançados no Microsoft Office Excel, para mensura em porcentagem das questões quantitativas.

Figura 1: Mapa do Município de Peixe-Boi.

Fonte: Própria (2019).

Resultados e Discussão

Por intermédio do estudo pode-se identificar os seguintes resultados: a maioria dos entrevistados pela instituição EMATER, para o cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf, mostra que quem está na direção dos trabalhos nos estabelecimentos pertencem ao gênero feminino, com 54%, sendo a menor participação dos homens com 46% dos entrevistados. O público analisado possui baixa escolaridade, pois 75% possui o ensino fundamental incompleto, 7% o ensino fundamental, 7% o ensino médio incompleto e somente 11% concluiu o ensino médio.

Em relação à condição e posse de uso de terra, pode-se analisar que a maioria dos agricultores, com 61%, tem contrato arrendatário, 25% são posseiros, 7% tem contrato comodatário e apenas 7% são de fato proprietários de terras. Quanto às variáveis cultivadas por tipo de lavouras, a pesquisa mostra que 93% utilizam lavouras temporárias para plantio de mandioca, feijão e milho, 7% em lavoura permanente para o cultivo de banana, pupunha e açaí.

Quanto à receita obtida pelo(a) produtor(a), pode-se analisar que 49% dos entrevistados possuem renda proveniente de atividades fora dos estabelecimentos, 40% dos programas especiais do governo com maior acesso é o Bolsa Família e 11% são aposentados e pensionistas. Os agricultores familiares que obtiveram o financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar correspondem a 7%, o que significa que a maioria não teve acesso ao programa, com 93% dos agricultores.

Figura 2: Produtor(a) na direção dos trabalhos do estabelecimento, por sexo.

Fonte: EMATER (2018).

A figura 2 demonstra que 54% dos que participaram da entrevista para obtenção de crédito ao PRONAF são do sexo feminino, o que se entende que nesta comunidade a mulher é responsável pela família, propriedade e pela renda e 46% do sexo masculino.

Figura 3: Escolaridade dos agricultores.

Fonte: EMATER (2018).

Na figura 3, verificou-se que a maioria dos agricultores familiares, com 75%, possui o ensino fundamental incompleto, 11% médio completo, 7% fundamental completo e 7% médio incompleto. Nessa perspectiva, nota-se baixa escolaridade dos agricultores familiares, pois, existiram percalços na trajetória educacional, como a dificuldade desses agricultores quando jovens no trajeto da comunidade para escola, a qual está localizada na sede do município, tendo como agravante a fadiga dos dias de labuta, que acarretava seu distanciamento definitivo da escola.

Figura 4: Condição e posse de uso de terra.

Fonte: EMATER (2018).

A figura 4 demonstra que os dados obtidos, por meio das entrevistas das Declarações de Aptidão ao Pronaf, apontam que a maioria dos produtores familiares, com 61%, possui contrato de arrendatário, 25% são posseiros, 7% obtiveram contrato de comodatário e 7% são proprietários dos estabelecimentos. Percebe-se na comunidade que existe um pequeno grupo de agricultores que concentra a maioria das terras em suas mãos.

Figura 5: Variáveis cultivadas pelos agricultores em tipo de lavoura.

Fonte: EMATER (2018).

Já a figura 5 aponta que maioria dos agricultores, com 93%, são produtores de mandioca, feijão e milho que cultivam em áreas de lavoura temporárias e apenas 7% dos produtores cultivam banana, pupunha e açaí em áreas de lavouras permanentes. Nessa vertente, constata-se a prioridade dos produtores por culturas de rápido ciclo produtivo.

Figura 6: Receitas obtidas pelo produtor (a), por tipo.

Fonte: EMATER (2017).

A figura 6 aponta que 49% dos entrevistados exercem atividade fora do estabelecimento; além disso, 40% obtiveram acesso a programas especiais do governo (o Bolsa Família é o que contempla mais esses agricultores) e 11% são aposentados e pensionistas. Dessa forma, nota-se a pluriatividade na maioria dos estabelecimentos, pois, enquanto não chega o período de colheita, esse produtor trabalha como diarista ou pescador, para contribuir com a renda familiar.

Figura 7 - agricultor (a) que obtiveram financiamento do PRONAF

Fonte: EMATER (2018).

Ainda nesse viés, o gráfico 6 demonstra que a maioria dos agricultores, com 93%, não obteve o financiamento. Entretanto, constata-se que os agricultores têm perfil para ter acesso ao crédito, mas somente 7% tiveram acesso ao financiamento.

Conclusões

Este trabalho teve como objetivo demonstrar a relação do agricultor familiar com o uso sistemático da terra e sua dinâmica de produção, bem como a pluriatividade para aumento da renda familiar. Com base nos resultados, mostra-se que o gênero feminino tem significativa relevância na direção dos estabelecimentos administrados. Verificou-se, ainda, nas entrevistas analisadas que os agricultores familiares têm escolaridade baixa, uma vez que 75% têm ensino fundamental incompleto. Nesse sentido, afirma-se que uma das causas do afastamento da escola está entrelaçada com o cansaço do trabalho nas lavouras, visto que desde jovem têm que ajudar nas despesas da família.

Na produção de alimentos, agricultores têm prioridade nas áreas temporárias, para o cultivo de mandioca, feijão e milho, que é a base alimentar dos agricultores familiares da comunidade rural Terceira Travessa, a qual utiliza o excedente da produção para vender no comércio local, em cidades vizinhas, para aumentar a renda nos períodos das entressafras. Logo, essa relação com o excedente de produção demonstra que esses sujeitos trabalham em diferentes locais. Assim, a referida relação é considerada como sendo a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, assalariadas ou não, dentro da propriedade ou fora dela que sejam exercidas por pessoas pertencentes à mesma família e que mantenham residência no estabelecimento rural (SILVA; SILVA; PERREIRA, 2015, p. 353).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é importante para o desenvolvimento de pequenas propriedades rurais, levando em conta a permanência do homem no campo. Para a agricultura familiar, esse programa é responsável pela distribuição de renda para muitos agricultores que sempre estiveram esquecidos pelo sistema capitalista bancário, o qual sempre agia de forma espoliativas. Os dados coletados das entrevistas, disponibilizados pela EMATER-PA, permitiu a observação de que somente 7% tiveram acesso ao financiamento do programa, tendo como base para averiguação o período de 2013 a 2017. No entanto, de acordo com a SEAD (2018), no mesmo período, o número de contratos no município de Peixe-Boi foi de 305, o que corresponde a um total de investimento de 1.263,805,031 reais do crédito rural.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n.2, p 73-78, 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar e do desenvolvimento agrário**. Disponível em: <www.mda.gov.br > Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário** – 2006. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em 23 de fevereiro de 2018.

_____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Disponível em <www.mda.gov.br> Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

GRISA, C. **Agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar**: A agricultura familiar no Pronaf. Rio Grande do Sul: PGDR/UFRGS, p. 292-313, 2014.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silva Elizabeth. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FOA/INCRA, fev/2000. 74p.

EMATER-PA. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará. **Cadastro do Agricultor Familiar**. Entrevista e Visita para Elaboração da DAP. Acesso em 27 de fevereiro de 2018.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional I**: uma realidade multiforme. Tradução Angela Tijiwa. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1993. v. 1, 336p.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional II**: do mito à realidade. Tradução Frédéric Bazin. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1998. v. 2, 348p.

SABOURIN, E. **Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil**. In: Oficina “Agricultura familiar: atuais perspectivas e futuro”. Brasília: NEAD, p. 265-291, 2014.

SILVA, Valcilene Rodrigues; SILVA, Marlene Maria; PERREIRA, Mônica Cox de Brito. **Pluriatividade e sustentabilidade em comunidades rurais do semiáridos nordestino**. DMA. Recife, v.35, p. 349-366, dez. 2015.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**, 2. ed, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 258p.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. In: CONGRESSO ASOCIACIÓN LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, 20-24 nov. 2006. Equador, 28p.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Trad. LINDOSO, Maria José da Silveira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 265p.

ZIGER, Vanderley. **O Crédito Rural e a Agricultura Familiar**: desafios, estratégia e perspectivas. Publica Cresol. Paraná, p. 1-16, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**: Processos Sociais Agrários. XX Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, MG, p. 1-14, Out/1996.